

POR UMA ETNOGRAFIA EM UM TERRENO FAMILIAR: TERRITÓRIOS NEGROS EM BAGÉ RS¹

Rafael Rosa da Silva
UFF - RJ

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir acerca das práticas etnográficas, estas permeadas por diversas mudanças no decorrer dos debates antropológicos no século XX e XXI. Através da dissertação de mestrado intitulada “*Saí da vila e fui sambas lá no asfalto*”: *território, sociabilidade e identidade negra no carnaval de rua de Bagé RS*, pude desenvolver um estudo que dialogou com diversas disciplinas das ciências sociais, entre elas a Antropologia. Com isto, foi realizado um estudo etnográfico em um terreno familiar, ou seja, a pesquisa desenvolveu-se em espaços e com sujeitos que me são familiares, tendo em vista os anos em que participei do período momesco bageense. Com isto, este ensaio busca, além de discutir a respeito das práticas etnográficas e o lugar do autor: *estar lá e ser de lá*, realizar uma abordagem acerca da formação de territórios negros na fronteira sul-rio-grandense, tendo a cidade de Bagé e o período carnavalesco como chaves de análises.

Palavras-chave: Etnografia; Territórios negros; Bagé;

Introdução

Quando o antropólogo norte-americano Clifford Geertz chegou junto com sua esposa Hildred Geertz em Bali, mais precisamente no vilarejo de Tihingan, localizado ao sudeste da ilha indonésia, esperaria que logo conseguisse realizar sua pesquisa. Porém, dois norte-americanos portadores de vistos para realização de pesquisas em um território “estranho”, acabaria por implicar uma série de fatores, como por exemplo, o tratamento inicial no qual o casal fora submetido, nas palavras de Geertz: “criaturas invisíveis” (Geertz, 2008, p.185). Estar em um local no qual não temos familiaridades, seja com dialeto, culinária, clima, enfim, com as práticas e manifestações culturais que se desenrolam nestes espaços, exige uma série de alternativas para que o pesquisador consiga, de alguma maneira, adaptar-se a este novo local e por fim realizar seu trabalho de campo.

¹Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

Porém, cada vez mais nos deparamos com um cenário dentro da antropologia, esta enquanto disciplina, de autores que estão imersos em seus campos, ou seja, de trabalhos etnográficos no campo do familiar. Este movimento foi e segue sendo influenciado devido à entrada nas universidades públicas brasileiras, por exemplo, de sujeitos das camadas populares, negros e negras, indígenas e transexuais. Com isto, percebe-se que estes autores carregam consigo uma perspectiva etnográfica que difere do “outro” e traz para os debates nas arenas acadêmicas as suas experiências, trajetórias e manifestações culturais, uma narrativa que traz junto de si a escrita em primeira pessoa.

Através desta diferenciação – o *nativo* distante do “*eu*” familiar – este trabalho se propõe a pensar como os debates no campo da antropologia vieram a contribuir, ou não, para diferentes abordagens acerca das práticas etnográficas. Não tenho como único objetivo discutir uma bibliografia que se debruçou a pensar a escrita etnográfica e a inserção dos pesquisadores em culturas do qual “*não faziam parte*” e sim buscar perceber que diferentes análises podem ser pensadas dentro do que chamamos de autoridade etnográfica, que acabam por abarcar diferentes estilos, como por exemplo, *experiential*, *interpretativo*, *polifônico e dialógico*, como assim pontuou o antropólogo James Clifford (2002).

Sendo assim, como eixo analítico deste trabalho, procurei costurar autores que se debruçaram em questões de métodos de pesquisa etnográfica junto do trabalho que realizei (Silva, 2019) na dissertação intitulada: “*Saí da vila e fui sambar lá no asfalto: território, sociabilidade e identidade negra no carnaval de rua de Bagé RS*”. Esta dissertação, que dialogou com áreas das ciências sociais como sociologia e antropologia, por exemplo, teve na etnografia uma importante ferramenta para descrever as práticas carnavalescas do interior do Rio Grande do Sul. Porém, como dito anteriormente, sempre estive envolvido com o carnaval de rua de Bagé e ter me colocado na posição de pesquisador foi um imenso desafio, tendo em vista que o terreno no qual estava pesquisando era “familiar” e eu não era um estranho no campo. Com isto, para além de uma abordagem teórica acerca do lugar do autor na pesquisa etnográfica, o ensaio se propõe a apresentar os territórios negros e as práticas ligadas ao carnaval de rua na cidade de Bagé.

***“Estar lá”*: escrita e autoridade etnográfica**

Peirano (1992) atenta para o modo como são construídos os textos etnográficos, tendo em algumas ocasiões um distanciamento com o que se busca pesquisar, como também uma aproximação com os interlocutores da pesquisa, o que gera, na visão da autora, um resultado mais imediato. Comparando os estudos entre Brasil e Estados Unidos, a antropóloga afirma que no caso brasileiro, pela proximidade existente entre o pesquisador e grupo pesquisado, possa haver um relaxamento acerca do rigor metodológico, sendo que nos Estados Unidos, a “queixa recai sobre a ausência de um esforço comparativo” (Peirano, 1992, p.3). Com isto, percebe-se que existem dois movimentos no fazer etnográfico que podem não somente servir como eixo de comparação, como também apresentar diferentes perspectivas no que tange a escrita etnográfica. A diferença, sendo uma das bases da antropologia, é pontuada pela autora enquanto um projeto formulador da ideia de humanidade, o que pode resultar em um contraste dos “nossos” conceitos com os conceitos nativos. Porém, o lugar da pesquisa de campo no fazer da antropologia não se limita somente na coleta de dados, onde os argumentos e implicações teóricas específicas devem ser costurados. O diálogo, não presente entre o pesquisador e o nativo, por exemplo, mas com as teorias acumuladas e o confronto com uma nova realidade, pode trazer novos desafios e resultados acerca do que deve ser interpretado.

Fica evidente, na perspectiva da autora, que a etnografia é uma herança da antropologia, sendo que esta precisa ser tão rica que possa sustentar uma reanálise dos dados iniciais e a ocorrência de novos indícios. Esta reanálise serve de medida e prova de adequação e qualidade da etnografia (Peirano, 1992, p.14-5). É nítido o fato de a antropologia ter na etnografia uma ferramenta descritiva, porém a escrita etnográfica tende a estar relacionada com um corpo teórico, pois assim há como se realizar uma abordagem diversificada e o debate, por assim dizer, tende a se estender. Sendo assim, a autora se mostra a favor da etnografia, baseada nas construções e interlocuções entre escrita e teoria.

Acerca do cenário da escrita etnográfica, o antropólogo Clifford Geertz (2005) apresenta contribuições importantes para entendermos, principalmente, as distinções entre o autor e o escritor. O argumento do autor, primeiramente, parte da premissa de que o etnógrafo “deve ir a lugares, voltar de lá com informações sobre como as pessoas vivem

e tornar estas informações disponíveis para a comunidade especializada” (Geertz, 2005, p.11). Acerca dessa informação, é importante salientar que o atual momento em que se encontra não só antropologia, como as ciências sociais, requer um cuidado no que diz respeito às disponibilizações das informações. Tendo em vista que o autor afirma que se deve a comunidade especializada as informações coletadas em campo, gostaria de abrir um parêntese e que neste trabalho é de suma importância: o “*estar lá*” é diferente do “*sempre fui de lá*”. Estas duas categorias, por assim dizer, divergem em dois sentidos. Primeiro, o distanciamento cultural entre o pesquisador que se desloca, por exemplo, do ocidente para o oriente em busca da cultura do “outro”. Segundo, os pesquisadores que imergem em manifestações culturais familiares em busca de uma análise antropológica. Porém, onde desejo chegar com esta afirmação? A comunidade especializada pode ser analisada em duas perspectivas: a comunidade de antropólogos e pesquisadores, como também os “nativos” e interlocutores que participaram de trabalhos de cunho etnográfico. Quando realizei a pesquisa sobre o carnaval de rua de Bagé, um dos objetivos era de retornar o trabalho realizado para a comunidade carnavalesca, que não só participaram ativamente do processo de criação da dissertação fornecendo informações e estando no campo, como também fazem parte da comunidade especializada. Entendo a perspectiva no qual Geertz (2005) se referia à comunidade especializada, porém acredito que um novo movimento há de ser pontuado e problematizado: o “*sempre fui de lá*”.

Geertz (2005), em tom de crítica, afirma que os bons textos de antropologia são simples e despretensiosos, afirmando que,

A capacidade dos antropólogos de nos fazer levar a sério o que dizem tem menos a ver com sua aparência factual, ou com um ar de elegância conceitual do que com sua capacidade de nos convencer de que o que eles dizem resulta de haverem realmente penetrado numa outra forma de vida [...] de realmente haverem, de um modo ou de outro “estado lá”. É aí, ao nos convencer de que esse milagre dos bastidores ocorreu, que entra a escrita. (Geertz, 2005, p.15)

Com isto, o autor critica as formas de escritas de etnógrafos, afirmando que a antropologia resume-se a textos simples. Tendo como base a crítica proposta pelo autor, duas categorias são empregadas com o intuito de diferenciação: *escritor* e *autor*. Para o antropólogo, uma categoria está ligada a construção de uma identidade autoral e a outra ao discurso, ao modo como será enunciado, a uma retórica (Geertz, 2005, p.20). A obra estaria ligada aquilo que o *autor* produz e o texto estaria relacionado com aquilo que foi produzido pelo *escritor*. É preciso, para Geertz (2005) que os etnógrafos convençam-nos de que não apenas “estiveram lá”, como também se houvéssemos estado lá, “teríamos

visto o que viram, sentido o que sentiram e concluído o que concluíram” (Geertz, 2005, p.29). Sendo assim, a categoria *autor* é o que produzirá a obra, esta contendo textos e descrições convincentes que partem da categoria *escritor*. Porém, acredito que esta convicção seja relativa, tendo em vista que dois indivíduos em um mesmo ambiente e participando de um mesmo rito, por exemplo, irão sentir e manifestar sensações diferentes. Há sempre no “outro” o diferente, o olhar diferente para o mesmo objeto. Contudo, Geertz (2005) ao se referir à convicção do “*estar lá*”, está remetendo-se somente a posição *autor/escritor* e *leitor*. Esse distanciamento existente entre quem “*esteve lá*” e quem “*estará lá*”, segundo o autor, é que deve ser estreitado.

Já no texto “*Do ponto de vista dos nativos*”: *a natureza do entendimento antropológico*, Geertz (1997) problematiza as descrições que são vistas de dentro versus as que são vistas de fora; descrições em primeira pessoa versus terceira pessoa. Segundo o autor, há experiências próximas e experiências distantes, sendo necessário “que deixemos de lado nossa concepção, e que busquemos ver as experiências de outros com a sua própria concepção do “eu” (Geertz, 1997, p.91). O autor usará três exemplos para poder explicar o olhar do próximo e a importância das experiências do “outro”, sendo elas a concepção do povo Javanês, o Balinês e os Marroquinos. Em Java, o significado de pessoa tinha como base a religião, esta baseada no “refinado” e no vulgar”. Com isto, Geertz (1997) apontará uma série de fatores que contribuem para a concepção do “eu” Javanês, estas sempre ligadas aos comportamentos. Já em Bali, é através dos títulos que as pessoas atribuem as suas próprias imagens e as imagens dos outros. Os marcadores sociais existentes em Bali (títulos que determinam as castas, sistemas de parentescos, indicadores de sexo), são responsáveis pelas identificações e posições que fazem parte da estrutura local e que acabam por afirmar ou mesmo distinguir o “eu” balinês. Já os Marroquinos, segundo Geertz (1997), também têm seus meios simbólicos de identificação e separação entre indivíduos. Um destes meios e de suma importância na concepção do autor estaria ligado à linguística peculiar chamada em árabe de *nisba*.

A palavra deriva de uma raiz triliteral, *n-s-b*, para “atribuição”, “imputação”, “relação”, “afinidade”, “correlação”, “conexão”, “parentesco”. Assim, *Nsib* quer dizer “parente por afinidade”; *nsab* significa “atribuir ou imputar a”; *munasaba* quer dizer “uma relação”, “uma analogia”, “uma correspondência”; *mansub* quer dizer “pertencer a”, “fazendo parte de”, e assim por diante, com cerca de uma dúzia de derivados. (Geertz, 1997, p.99-100).

É através destes processos de combinações morfológicas, gramaticais e semânticas que as atribuições são remetidas às pessoas. O modo *Nisba* de olhar as pessoas acaba por

classificá-las e categorizá-las. Sendo assim, ao descrever os usos de símbolos, o antropólogo também está descrevendo sentimentos, percepções e experiências do “eu”. Esta compreensão depende também de uma habilidade para analisar as expressões e os sistemas simbólicos e para que estas habilidades possam ser desenvolvidas, a aceitação do antropólogo nestes modos de vidas é essencial (Geertz, 1997, p.107).

Sobre o debate acerca da autoridade etnográfica, o antropólogo James Clifford empreende uma série de questões que também podem ser problematizadas e que tem relação com os autores mencionados até este momento. Ao citar Malinowski, Clifford (2002) aponta que o modo predominante e moderno de autoridade etnográfica expressa no trabalho de campo está relacionado com: “você está lá... porque eu estive lá” (Clifford, 2002, p.18). Já neste primeiro ponto, percebe-se uma semelhança com o que Geertz (2005) afirmara acerca da convicção do “*estar lá*”, ou seja, a autoridade etnográfica, nesta perspectiva, depende de quem “*esteve lá*”. Em um debate que tem como foco a antropologia profissional a partir da década de 1950, Clifford (2002) argumenta que o desenvolvimento da ciência etnográfica não pode ser compreendido em separado de um debate político-epistemológico que envolve a escrita e a representação da alteridade (Clifford, 2002, p.20).

O autor retorna para as bases etnográficas, citando como inovação, na década de 1920, a etnografia enquanto um importante gênero científico e literário. Estas inovações foram resumidas por Clifford (2002), sendo a primeira a legitimação do etnógrafo profissional, em contraponto aos padres, por exemplo, que também exerciam a etnografia enquanto prática em suas expedições. No segundo ponto, o autor cita a antropóloga norte-americana Margaret Mead, que afirmara que o etnógrafo não precisava demonstrar fluência na língua nativa, podendo usá-la apenas para realizar perguntas e manter contato. O terceiro ponto levantado pelo autor diz respeito à nova etnografia, esta sendo marcada por uma acentuada ênfase na observação: “o observador emergiu como uma norma de pesquisa” (Clifford, 2002, p.29). Há também uma espécie de atalho, que segundo o autor prometiam auxiliar os etnógrafos a chegar ao cerne de uma cultura mais rapidamente, tendo como bases “poderosas abstrações teóricas”. O penúltimo ponto abordado afirmava que o novo etnógrafo poderia chegar ao todo através de uma ou mais de suas partes. Para isso, pretendia-se focalizar tematicamente algumas instituições específicas. Por fim, o último ponto abordado afirma que “os todos assim representados tendem a ser

sincrônicos, produtos de uma atividade de pesquisa de curta duração” (Clifford, 2002, p.30). O autor aponta que a experiência do pesquisador pode servir como uma fonte unificadora e garantia de autoridade etnográfica.

Se tratando da tradução da experiência da pesquisa, há importantes contribuições de Clifford (2002) no que diz respeito à autoridade etnográfica. A tradução faz com que se torne necessário o entendimento da etnografia não somente enquanto uma experiência seguida de interpretação de outra realidade, mas pelo menos envolvendo dois ou mais sujeitos conscientes e politicamente significativos (Clifford, 2002, p.43). Com esta assertiva, percebe-se a importância das narrativas que são empreendidas pelos “nativos” e de como a autoridade etnográfica envolve negociações entre duas ou mais partes. Através dos modos de autoridade etnográfica levantados pelo autor: *experencial, interpretativo, polifônico e dialógico*, os antropólogos terão cada vez mais de partilhar seus textos com os colaboradores nativos, valorizando os informantes, procurando as outras semi-ocultas autoridades, o que só é possível se lermos a contrapelo da voz dominante do texto etnográfico.

Em uma resenha crítica acerca do livro *Writing Culture*, Trajano (1988) elabora um resumo das sessões e dos textos presentes na obra, sendo assíduo em suas críticas e pontual em seus elogios. O tema da autoridade etnográfica está presente quando o autor aborda o ensaio de Renato Rosaldo intitulado “*From the Door of His Tent: The Fieldworker and the inquisitor*”. Neste texto, Renato Rosaldo discute o tema de autoridade etnográfica, afirmando que esta se constitui através da presença do pesquisador de campo nos eventos que foram descritos. Um ponto importante a ser destacado é a desconstrução analítica da figura do *autor*, esta caracterizada por três funções: o indivíduo que escreveu a obra; a pessoa textualizada do narrador e a pessoa textualizada do pesquisador de campo (Rosaldo, 1986 *apud* Trajano, 1988, p.139). É importante destacar que o ensaio de Renato Rosaldo, como afirma Trajano (1988), critica os modos de construção dos textos etnográficos, que pelo seu caráter convincente, acaba por esconder questões como a “articulação da subjetividade do autor com a das pessoas pesquisadas” (Trajano, 1988, p.140). Após resenhar cada ensaio do livro *Writing Culture*, Trajano (1988) afirma que por mais que James Clifford – este um dos organizadores do livro – seja simpático à ideia de um texto com muitas vozes, o mesmo reconhece que há

a necessidade de orquestração de um texto por um *autor*. Há muitas antropologias e a autoridade etnográfica acaba por receber diversos olhares e perspectivas.

Entende-se nas perspectivas de Geertz (2005; 1997) e Clifford (2002) a importância da etnografia enquanto uma ferramenta que possibilita não somente a criação de textos, como também o ponto de vista dos “nativos”, a colaboração dos mesmos nos textos etnográficos e a preocupação de se pensar uma antropologia que esteja atenta para o “eu” no sujeito pesquisado. A autoridade etnográfica está entrelaçada nos dois autores, no qual a função *autor* e *escritor* podem ser determinantes no que diz respeito ao “*estar lá*” enquanto função autoral. Já os modelos de autoridade etnográfica apresentados por Clifford (2002) tendem a favorecer os interlocutores, que segundo o autor, desempenham um papel importante na escrita etnográfica. Peirano (1992) já argumenta para a importância de costurarmos a teoria com a prática, ou seja, tem de haver uma interlocução teórica junto dos dados etnográficos apresentados pelos pesquisadores de campo. Por fim, Trajano (1988) afirma que há diversas antropologias e a autoridade etnográfica pode receber inúmeros olhares dentro dos debates antropológicos. Tendo em vista as percepções e arguições dos autores citados anteriormente, cabe, para o próximo tópico deste ensaio, costurar estes apontamentos com o trabalho de campo que desempenhei acerca dos territórios negros e as práticas ligadas ao carnaval de rua de Bagé, onde “*autoridade etnográfica*” e “*estar lá*” confundem-se com o “*sempre fui de lá*”.

“*Sempre fui de lá*”: territórios negros e perspectivas de uma etnografia do familiar

Bagé é uma cidade do interior do estado do Rio Grande do Sul, fronteira com o Uruguai e distante cerca de 370 km da capital Porto Alegre. Com cerca de 120 mil habitantes, o município caracteriza-se por inúmeros bairros que se encontram afastados da região central. O centro comercial, no qual encontram-se as lojas, mercados, feiras, ambulantes e praças tem como referência a Avenida Sete de Setembro e suas adjacências. É na Av. Sete que grande parte das lojas se encontram, sendo esta o centro financeiro da cidade. Há uma mistura de casarões antigos², datados tanto do século XIX como do início do século XX, junto de casas, estabelecimentos e apartamentos novos na região central. Esta mistura – do antigo com o novo – acaba por gerar um contraste na paisagem urbanística de Bagé. Instituto Municipal de Belas Artes (IMBA), Casa de Cultura Pedro

² Em 2012, o perímetro antigo da cidade de Bagé foi tombado patrimônio histórico do estado do Rio Grande do Sul pelo IPAHE.

Wayne, Palacete Pedro Osório (sede da Secretaria de Cultura e Turismo), são alguns exemplos de casarões antigos e que se encontram na Avenida Sete de Setembro.

Diferente dos casarões, apartamentos e casas da região central, basta sairmos em direção aos bairros mais afastados para que possamos notar grandes diferenças na paisagem urbanística da cidade. Por Bagé conter um território vasto, faz com que inúmeros bairros se encontrem longe da região central. Comunidades, vilas e bairros são algumas das denominações que emergem dos sujeitos oriundos destes territórios e são nestes espaços que se encontram grande parte das agremiações carnavalescas presentes em Bagé. Portanto, estes lugares, o qual os denomino territórios negros, são importantes espaços de construção de fazeres carnavalescos, estes protagonizados por sujeitos negos e negras. Acerca dos territórios negros, Leite (1991) atenta para os mesmos enquanto um espaço,

demarcado por limites, reconhecidos por todos que a ele pertencem, pela coletividade que o conforma, um tipo de identidade social, construído contextualmente e referenciado por uma situação de igualdade na alteridade. O território seria, portanto, uma das dimensões das relações interétnicas, uma das referências do processo de identificação coletiva (Leite, 1991, p.40).

Dentro da perspectiva de territórios negros urbanos apresentado pela autora, destacam-se dois modelos. Os territórios negros de ocupações residenciais e os territórios negros de ocupações interacionais. Os de ocupações residenciais destacam-se por espaços físicos, como por exemplo, terreiros de umbanda ou candomblé ou mesmo as sedes das agremiações carnavalescas. Já os territórios negros de ocupações interacionais se caracterizam por pontos de encontro, espaços de sociabilidade negra, como por exemplo, a Avenida Sete de Setembro, espaço no qual os desfiles do carnaval de rua de Bagé ocorreram em 2018.

No livro *No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira*, Anjos (2006) atenta para os territórios negros enquanto disputa. Tendo em vista o processo de remoção de 113 domicílios da Vila Mirim em Porto Alegre por conta de obras de infraestrutura promovida pelo governo local, uma série de embates ocorrem na vila, tendo como figura central a mãe Dorse, mãe de santo de um dos terreiros existentes no território. É na casa da mãe Dorse que são realizadas as reuniões com os moradores da vila para tratar do processo de remoção e poder assim enfrentar o poder público local. Segundo

Anjos (2006), na casa da mãe Dorse se fundem-se o religioso e o político, onde o sagrado passa a tornar-se um espaço de resistência.

Outra perspectiva de território negro é apontada por Bittencourt Jr (2005), onde o autor os apresentará enquanto um espaço de construção de singularidades socioculturais de matriz afro brasileira, sendo este um objeto de exclusão social. É inegável que se pensarmos a cidade de Bagé e a configuração destes territórios a margem da região, logo perceberemos o quanto o poder público local nos os visibiliza, ou seja, o quanto estes espaços são tratados de forma excludentes acerca de políticas de infraestrutura. Nesta perspectiva, Bittencourt Jr (2005) nos ajuda a pensar os territórios negros não somente enquanto espaços de construção de singularidades de matriz afro brasileira, como também de exclusão. Temos, portanto, três perspectivas de territórios negros – espaços de identificação coletiva, de disputas e exclusão, sendo estas perspectivas presentes nos territórios negros bageenses. Estes territórios se caracterizam, em sua grande maioria, por casas pequenas e simples, com poucos cômodos e em muitos casos separados por cercas de arame ou cercas improvisadas com madeiras, quintais abertos, ruas sem calcamentos e muitas vezes sem saneamento, com baixa iluminação durante o período da noite, espaços composto majoritariamente por sujeitos negros e negras. São nestes espaços que emergem os blocos burlescos, blocos carnavalescos e escolas de sambas³.

³ O carnaval de rua de Bagé é dividido em três categorias: blocos burlescos, blocos carnavalescos e escolas de samba. Os blocos burlescos caracterizam-se pelo caráter satírico, onde homens e mulheres travestem-se. As alegorias são feitas de maneiras improvisadas, usando materiais como papelão, garrafas pets, isopor e balões. Os blocos carnavalescos já exigem fantasias, contém poucas alas, carros alegóricos montados com mais acabamentos se comparados as agremiações burlescas. No lugar do mestre sala e porta bandeira, contam com a porta estandarte. Já as escolas de samba têm suas características próximas as agremiações cariocas, por exemplo, porém com poucos integrantes, carros alegóricos pequenos e poucas alas, tendo em vista os poucos recursos que as agremiações recebem para custear os desfiles.



Imagem 1: Ensaio do bloco burlesco os Gatões em 2008 (Acervo do autor)

Magnani (2009) aponta que para quem é introduzido pela primeira vez num meio que lhe é estranho, tudo é significativo, digno de observação e registro (Magnani, 2009, p.141). A assertiva do autor é importante, porém está mais para uma observação do “*estar lá*” do que para o “*sempre fui de lá*”. Não só a observação de Magnani (2009), como também os autores abordados anteriormente neste trabalho, estão analisando os textos etnográficos em uma perspectiva do pesquisador enquanto um estranho na cultura “do outro”. Ao decidir realizar uma etnografia em um terreno familiar, de descrever as manifestações e práticas culturais que fizeram parte da minha vida por mais de vinte anos, percebi que além de um grande desafio que estaria por vir, teria também que realizar um movimento: o distanciamento. Porém, como empreender este movimento em um terreno familiar? Acredito que esta questão seja também um desafio para o campo antropológico na medida em que os sujeitos/grupos passassem de “pesquisados” para “pesquisadores”. Com este movimento, inúmeros grupos – não só na antropologia como nas ciências sociais – passaram trazer suas narrativas e contar suas histórias, desconstruindo um olhar “ocidental” e colonizador dentro das ciências humanas.

O movimento de distanciamento foi importante na realização da etnografia, pois pelo fato de eu estar dentro de um campo no qual as práticas e dinâmicas são familiares, há um olhar “viciado”, ou seja, que deixa de analisar detalhes que estão por entre linhas e que passam despercebidos. Magnani (1998), por mais que esteja argumentando acerca do distanciamento e estranhamento em uma perspectiva do antropólogo pesquisador versus nativo distante, foi fundamental para que pudessem ser evitadas ideias

“preconcebidas, deformadas, quando não totalmente errôneas” (Magnani, 1998, p.18). Este distanciamento me proporcionou um olhar de fora para dentro, o que pode soar de maneira estranha, tendo em vista que eu já “*sou de dentro*”. Porém, ao realizar o movimento de olhar de fora para dentro, pude analisar uma série de fatores que nunca me foram percebidos, como a construção de espaços de sociabilidade negra, os territórios negros, o carnaval enquanto lazer e trabalho, as redes de solidariedade e as socializações dos espaços entre famílias.

Todos os fatores citados acima foram observados, pela primeira vez, quando pude realizar este movimento de distanciamento, ao mesmo tempo em que eu empreendia um *olhar de perto e de dentro*, contrapondo o *olhar de longe e de fora*, que tende a invisibilizar importantes atores sociais que emergem dos espaços urbanos, como bem aponta Magnani (2002). Portanto, foi através destes dois movimentos, tendo o estranhamento um ponto positivo para se evitarem ideias pré-concebidas e errôneas e, por conseguinte, o *olhar de perto e de dentro*, que buscou identificar e descrever territórios negros e os atores sociais que fazem parte do carnaval de rua de Bagé. A etnografia realizada possibilitou apontar as disputas, negociações e contradições que permeiam o período momesco bageense, assim como buscou colocar no centro nomes e sujeitos importantes no fazer carnavalesco local.

Acredito que primeiramente, pode-se realizar uma análise que distancia eventos como, por exemplo, a rinha de galos na em Bali, com o carnaval de rua de Bagé. No primeiro contexto, Geertz (2008) está completamente fora do seu “lugar”, ou seja, o antropólogo encontrava-se distante das manifestações e práticas culturais no qual estava habituado. Com isto, o tratamento que o pesquisador recebeu assim que chegou à aldeia balinesa de Tihingan junto com sua esposa, fora descrito pelo mesmo enquanto criaturas invisíveis e não-pessoas. Só após o acontecimento fatídico da briga de galos na praça pública da aldeia e o reconhecimento por parte dos balineses acerca do antropólogo e de sua pesquisa, é que Geertz (2008), enfim, consegue deixar de ser invisível, sendo possível prosseguir com seu trabalho. Notam-se dois campos distintos: as alternativas de inserção no campo onde se é desconhecido e o distanciamento proposital num campo onde se é familiar. É interessante perceber o quanto as práticas e alternativas empreendidas por

diferentes antropologias – Malinowski e as descrições do Kula⁴ e Ulisses Duarte e as descrições das escolas de samba de Porto Alegre e Uruguaiana⁵ – tende não somente a criar novas alternativas e práticas de inserção no campo, como também são responsáveis por criar novos debates acerca dos textos etnográficos, autoridade etnográfica, autor/escritor. São antropologias diferentes e que são problematizadas em contextos diferentes.

Se Clifford (2002) afirma que os antropólogos devem partilhar de seus textos com seus colaboradores nativos, não é diferente afirmar que a mesma partilha deva ocorrer em uma antropologia urbana e contemporânea, onde podemos substituir nativos por interlocutores. Com isso, discordando de James Clifford quando o mesmo afirma que um texto é orquestrado por um autor (Trajano, 1988), acredito que possa haver mais de um autor, passando o texto etnográfico a ser visto em uma perspectiva pluralista, onde interlocutores e pesquisadores exercem funções, negociam estratégias e participam juntos da construção de um trabalho *de uma mão, porém de muitas cabeças*. Sendo assim, é possível que a função autor seja problematizada sem ser descontextualizada, tendo em vista os contextos em que o debate fora discutido. Outro ponto importante a ser colocado em perspectiva diz respeito às colocações de Geertz (1997) acerca da necessidade de deixarmos de lado as nossas concepções, para que possamos ver as experiências dos outros e sua própria concepção do “eu”. Esta colocação revela-se importante e podem ser costuradas com a etnografia empreendida dos blocos burlescos de Bagé. Os blocos burlescos e os sujeitos que deles fazem parte tem um modo de viver, exercem funções não só no período de carnaval e são – assim como mostrou Geertz (1997) acerca das concepções do “eu” do povo Javanês, Balinês e Marroquino – permeadas por códigos, símbolos, modos de se comportar, enxergar e serem vistos no restante da sociedade bageense. Esta comparação nos permite compreender que se não entendermos o significado dos blocos burlescos para os sujeitos que deles participam, não conseguiremos compreender como os territórios negros e as práticas de sociabilidade negra que emergem destes territórios, configuram-se. Com isto, percebe-se que a escrita de um texto

⁴ Ver: MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos de Nova Guiné Melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

⁵ Ver: DUARTE, Ulisses Corrêa. **O carnaval espetáculo no Sul do Brasil: uma etnografia da cultura carnavalesca nas construções das identidades e nas transformações da festa em Porto Alegre e Uruguaiana**. (Dissertação de Mestrado) PPG Antropologia Social: UFRGS, Porto Alegre, 2011.

etnográfico do familiar pode também ser comparada com a escrita de um texto etnográfico do “outro”, valendo-se das mesmas técnicas.

Se o etnógrafo deveria, nas palavras de Geertz (2005), ir a lugares e voltar de lá com informações acerca do que experienciou, consideremos também outro cenário da escrita etnográfica: *o familiar*. Este cenário não depende de um deslocamento para lugares distantes, não depende do aprendizado de outras línguas e principalmente de estratégias de inserção em um campo desconhecido. Percebemos que este cenário depende de outros tipos de estratégias para que seja possível uma análise sem um olhar vicioso. Outro ponto a ser destacado é a relação dos textos etnográficos costurados com teorias específicas, como bem aponta Peirano (1992). Esta costura faz com que a coleta de dados possa ser problematizada com importantes autores dentro das ciências sociais. Acerca dos espaços de sociabilidade negra que foram descritos ao longo da dissertação, tive como aporte teórico autores que contribuíram de maneira perspicaz para a elaboração de uma narrativa que não estava baseada apenas na descrição, como também na relação com conceitos. Este é um ponto que deve ser problematizado não apenas quando o pesquisador está distante do familiar, como também o etnógrafo que pesquisa a cultura no qual está inserido. Voltando a questão do início deste tópico, se era possível realizar um movimento de distanciamento em um terreno familiar, entende-se que sim, que por mais que as alternativas e técnicas empreendidas sejam outras, é possível realizar um distanciamento – novamente se faz necessário apontar para o olhar vicioso – para depois adentrar e perceber a importância dos sujeitos, ou seja, dos interlocutores que colaboraram para a construção da escrita etnográfica.

Considerações finais

Autor, escrita e autoridade etnográfica podem ser problematizados tanto em uma perspectiva que envolve um deslocamento do pesquisador para a cultura do “outro”, como também na construção de textos etnográficos no qual o pesquisador tem familiaridade com o campo no qual está desenvolvendo sua pesquisa. A etnografia segue sendo uma ferramenta importante, que envolve não somente a coleta de dados e sim uma interlocução com teorias e grupos/sujeitos do campo. Este ensaio procurou analisar os debates do campo antropológico que dizem respeito à autoridade etnográfica, entendendo os modos: *experencial, polifônico, interpretativo e dialógico*, que permeiam pesquisas do desconhecido e distante com pesquisas recentes e em áreas urbanas. A escrita etnográfica

ganha um papel importante quando nos deparamos com novos atores, sendo estes interlocutores ativos e recebendo o papel de autoria nestes textos.

Apesar das diferentes estratégias de inserção no campo e dos diferentes contextos de debates acerca do fazer antropológico, é possível que haja um estreitamento entre o “*estar lá*” e o “*sempre fui de lá*”. O primeiro tem de ser convincente e fazer com que tudo que viu e sentiu, seja interpretado da mesma maneira pelo leitor, já o segundo, tem que empreender um movimento de distanciamento por conta do olhar vicioso, para depois aproximar-se e descrever de dentro determinada manifestação. Contudo, os dois modos de escrita devem ser convincentes. É através do movimento inicial do distanciamento e conseqüentemente a aproximação, que o etnógrafo do familiar poderá apontar as nuances, contradições, modos de vida e as práticas culturais que deseja estudar. As contribuições dos autores mencionados no primeiro tópico deste trabalho não encerram o debate, muito pelo contrário, reservam uma série de alternativas para que novos antropólogos entendam a importância que estes debates teóricos trazem para a disciplina.

Os territórios negros e o carnaval de rua de Bagé só foram apresentados e descritos por conta de estratégias. Outras épocas, outras estratégias, mas uma coisa em comum: a escrita etnográfica. Seria imprudente da minha parte afirmar que por estar num terreno familiar, a escrita tende a ser construída de maneira mais simples, porém ficou evidente que mesmo se tratando do familiar, há estratégias a serem seguidas, diálogos a serem construídos e o compromisso junto dos interlocutores que fazem parte da pesquisa. As contribuições de Clifford (2002) e Geertz (1997) acerca da partilha dos textos etnográficos junto dos nativos é só mais um debate que permeia as arenas da antropologia. Teoria e prática são fundamentais nas construções das narrativas tanto do familiar quanto do “outro”. Não quer dizer que estar próximo significa a plena realização de um trabalho de cunho etnográfico, do mesmo modo que deslocar-se para uma cultura distante não significa êxito naquilo que se propõe a fazer, pois não podemos esquecer o tratamento dos balineses para com os pesquisadores e “estranhos” que para lá se deslocavam, fazendo parte do vocabulário local uma simples palavra, ou melhor, nas palavras de Geertz (2008) uma *não-palavra*: “yes”. Esta simples e significativa palavra faz parte do fazer etnográfico e está diretamente relacionada com os debates aqui apresentados, tendo a autoridade e escrita etnográfica como eixo principal. “*Estar lá*” e “*sempre fui de lá*” são

categorias diferentes, porém fazem parte daquilo que chamamos etnografia e assim como Peirano (1992), também sou a favor dela.

Referências

ANJOS, José Carlos Gomes. **No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Fundação Cultural Palmares, 2006.

BITTENCOURT Jr. Losvaldyr Carvalho. Territórios Negros. In: SANTOS, Irene (Org). **Negro em preto e branco: história fotográfica da população negra em Porto Alegre**. Porto Alegre: Do autor, 2005.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

GEERTZ, Clifford. "Do ponto de vista dos nativos": a natureza do entendimento antropológico. In: **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. "Um jogo absorvente: notas sobre uma briga de galos balinesa. In: **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

_____. Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita. In: **Obras e vidas: o antropólogo como autor** (2a ed.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

LEITE, Ilka Boaventura. **Território negro em área rural e urbana – algumas questões**. Textos e debates. NUER/UFSC, Florianópolis, ano 1, N. 2, 1991.

MAGNANI, João Guilherme Cantor. **Etnografia como prática e experiência**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.

_____. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec/UNESP, 1998.

_____. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. RBCS Vol. 17 n. 49, p.11-29, junho, 2002.

MAIA, Mario de Souza. **O Sopapo e o Cabobu: etnografia de uma tradição percussiva no extremo sul do Brasil**. (Tese de doutorado) Programa de Pós-Graduação em Música (PPG Música-UFRGS): Porto Alegre, 2008.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. In: Série Antropológica 130. Brasília, 1992.

SILVA, Rafael Rosa. **“Saí da vila e fui sambar lá no asfalto”: território, sociabilidade e identidade negra no carnaval de rua de Bagé RS**. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades. PPCULT: UFF, Niterói, 2019.

TRAJANO, Wilson. **Que barulho é esse, o dos pós-modernos?** Anuário Antropológico/86 Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1988.